

## **Linguagem e produção de sentido: o conhecimento do Jornalismo**

Rafael Paes Henriques\*

**Resumo:** Este artigo investiga como, e com que consequências, o Jornalismo efectua a operação de ‘tradução’ do que acontece. Sabe-se que o trabalho é realizado a partir de valores próprios e de um modo de codificação específico; elementos que são partilhados por todos aqueles que pertencem ao campo. Assim, procuramos identificar os princípios e procedimentos desse modo particular de apropriação do real para, em seguida, submetê-los a uma análise epistemológica: descrevemos em que medida o Jornalismo pode ser considerado uma actividade livre, independente e autónoma; investigamos que leituras podem ser feitas do método jornalístico; identificamos as condições para a produção e o reconhecimento de confiabilidade aos relatos que são produzidos, e também caracterizamos que relações podem ser estabelecidas entre o Jornalismo e a verdade.

**Palavras-chave:** Jornalismo, conhecimento, André Joly, Francis Jacques.

### **Introdução**

Muitas investigações se ocuparam de tentar decompor, e de alguma forma dar conta de entender os processos de produção do conhecimento. E muitas delas localizaram na linguagem o seu ponto de partida, ou mesmo fixaram nela o seu foco de análise, tomando-a como a questão mais importante para a reflexão epistemológica. Porém, apesar da diversidade de autores, pode-se dizer que, como resposta para o problema da aderência da linguagem à realidade, em linhas gerais, houve sempre dois grandes eixos. É verdade que é possível adoptar diversos caminhos distintos, e que cada um deles pode privilegiar e revelar algum aspecto novo ou apontar para alguma particularidade do fenómeno, mas, mesmo assim, pode-se dizer que todos eles partem de duas grandes vertentes.

Num primeiro horizonte, olha-se para as próprias coisas para se verificar a adequação que há dos objectos nomeados ao discurso; a tarefa consiste em medir o grau de

\* Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (Portugal) e professor substituto do Departamento de Comunicação, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). [rafaelpaesh@gmail.com](mailto:rafaelpaesh@gmail.com)

conformidade do mundo empírico, com as sentenças e o sentido produzido pelo sujeito. Para esse viés de análise, toda origem do sentido encontra-se no mundo objectivo; é lá que nasce toda significação. Numa outra perspectiva, olha-se para o próprio olhar, com a finalidade de se expor e de se revelar os mecanismos estratégicos com os quais toda produção de sentido trabalha. Nessa segunda possibilidade, a fonte de toda significação reside, não nas próprias coisas, mas numa relação entre os sujeitos que fazem uso da linguagem.

De um lado, acredita-se que a linguagem de alguma forma – e em pelo menos alguma medida – espelha o ‘mundo’, tem função referencial, ou seja, *representa* a realidade em termos de verdade e falsidade. Quer isto dizer que saber se um discurso é verdadeiro ou falso é saber se esse discurso é adequado à sua referência no mundo objectivo.

Na outra perspectiva, partilha-se da ideia de que a linguagem não descreve a realidade, não a diz em verdade, apenas a *significa*. Desse modo, o mundo não seria dizível, mas sim, significável, o que acaba realizando um deslocamento da questão para o terreno de um predicado semântico, no lugar de uma ideia original, de uma referência objectiva como única determinação possível da verdade. Nesses termos, não existiria mundo fora da linguagem.

Essas duas possibilidades revelam a divergência entre representar e significar: duas concepções distintas do trabalho concretizado nas, e pelas, palavras. A partir dos dois troncos paradigmáticos há uma extensa gama de autores com diferentes interpretações e diversas particularidades. Os dois autores nos quais vamos buscar referências para o presente artigo são, cada um a seu modo, grandes representantes dessas duas vertentes: o trabalho de André Joly encontra-se no terreno da representação e o de Francis Jacques, no da significação.

### **Jornalismo como forma de conhecimento**

Queremos investigar como, e com que consequências, o Jornalismo efectua a operação de ‘tradução’ do que acontece. O trabalho é realizado a partir de valores próprios e de um modo de codificação específico, elementos que são partilhados por todos aqueles que pertencem ao campo. Por isso, cumpre agora identificar os princípios e procedimentos desse modo particular de apropriação do real para, em seguida, submetê-los a uma análise epistemológica mais sistemática.

Reconhecemos a dificuldade de se definir um único modo de proceder daqueles que se ocupam do Jornalismo. É verdade que há muitas manifestações da mesma prática, com diferenças no que diz respeito, por exemplo, ao meio de comunicação em que é realizada – jornal impresso, revista, rádio, TV, internet; à empresa em que se produzem os conteúdos – pública ou privada; ao público ao qual o produto se destina – com maior ou menor grau de escolaridade; e também diferenças quanto ao carácter da publicação – especializada, generalista, ou mesmo de classe, como os jornais sindicais.

Em sendo assim, a dificuldade em se estabelecer uma ‘gramática’ do Jornalismo se deve, em grande parte, à generalidade das regras existentes. Ao invés de actuarem como fórmulas rígidas, os elementos centrais da linguagem jornalística são, até certa medida,

bastante flexíveis e, por isso, deixam um razoável espaço para que se dê conta da variedade de situações encontradas, pelos jornalistas, na realidade.

Mas, na nossa avaliação, apesar de algumas diferenças, todas as manifestações do Jornalismo partilham de uma mesma forma de olhar, de se relacionar e de se reportar a realidade. Todas elas comungam dos mesmos valores e se utilizam das mesmas estratégias discursivas. Este trabalho parte da premissa de que antes de haver a separação entre jornalismo comercial e público, por exemplo, se dá um fenómeno de unidade: há o Jornalismo.

Com efeito, o que nos interessa é o que é canónico para a actividade. Para identificarmos aquilo que subsiste a qualquer forma de apresentação do Jornalismo, recorremos a um levantamento bibliográfico, que incluiu – além de manuais de redacção dos principais jornais brasileiros – algumas obras de referência que também se ocupam das especificidades da prática e da linguagem jornalística.

Como resultado, identificamos oito elementos constitutivos centrais do Jornalismo: liberdade; independência e autonomia; credibilidade; verdade; rigor e exactidão; honestidade; objectividade e equidade; e comunicabilidade e interesse. Cada um deles representa um princípio que traz consequências no que diz respeito ao procedimento, à conduta e ao modo de agir que é esperado dos jornalistas, além de serem centrais na definição de uma linguagem, de uma norma de redacção e de apresentação verbal dos fenómenos; cada um dos valores é muito importante para a formação de um código, de uma maneira de produção de linguagem particular: próprios dessa forma de conhecimento.

É claro que essa classificação não é a única possível. A lista dos valores fundamentais do Jornalismo pode ser mais ou menos extensa dependendo do grau de detalhamento pretendido pela investigação. Entretanto, acreditamos que os elementos mais fundamentais da actividade estão contidos na lista de oito princípios propostos por este trabalho. A partir deles, vamos investigar como o Jornalismo – como forma específica de produção de conhecimento – pode ser criticado pelos horizontes propostos por André Joly e Francis Jacques. Vamos analisar, ponto a ponto, como a teoria da significância de cada um desses autores pode ‘enxergar’ os princípios e procedimentos jornalísticos.

### **Do Jornalismo como actividade livre, independente e autónoma**

Num primeiro nível, a liberdade na actividade jornalística diz respeito ao livre acesso às informações e à intolerância a qualquer tipo de censura que possa vir a ser exercida aos jornalistas ou aos veículos de comunicação como um todo. Mas, em um segundo aspecto, esse princípio serve, sobretudo, para reafirmar a autonomia e a independência dos critérios com os quais aqueles que exercem o Jornalismo definem os assuntos e também determinam como os acontecimentos serão abordados. Ou seja, a liberdade é um valor que serve para garantir a isenção da actividade, e seria prova de que a única coisa com a qual os jornalistas estão comprometidos são seus próprios critérios. Como essa investigação se ocupa mais com o Jornalismo enquanto produção de linguagem, é esse segundo aspecto que mais nos interessa analisar.

A partir desse desdobramento, podemos depreender que, na leitura de André Joly, a liberdade é um princípio que pode muito bem ser afirmado, já que é plenamente possível de ser colocado em prática. Isso porque o autor defende a intencionalidade dos enunciadores, o que serve de base para declararmos a autonomia do falante e, assim, a liberdade da actividade. Por outro lado, no horizonte de Francis Jacques, esse valor do Jornalismo está baseado em um equívoco e precisa ser, pelo menos, bastante relativizado. Como localiza a significância na relação interlocutiva, o autor acredita que os jornalistas – e a própria actividade – não são completamente livres, já que dependem sempre da posição e do lugar que ocupam no dispositivo enunciativo.

Em Joly, o sentido tem origem no mundo objectivo, mas aos poucos se afasta dele para ganhar determinação dos sujeitos. O que, de facto, aponta para a liberdade com a qual os enunciadores (jornalistas) determinariam o mundo, senão da maneira mais adequada, pelo menos – para o que nos interessa agora – de modo bastante independente de qualquer constrangimento. Nesse horizonte, podemos sim dizer o mundo por meio da linguagem e ela é capaz de representar a realidade objectiva.

Mesmo reconhecendo que é preciso saber dominar a língua e o seu uso em certos tipos de discurso (saber-dizer) e ainda que admita que o uso regular faz com que determinadas experiências linguísticas se cristalizem, e até mesmo se ‘naturalizem’ no interior do sistema, a teoria da significância proposta por Joly opera uma simplificação da realidade e encerra o problema do referente na capacidade humana de fazer as escolhas. É o sujeito, no acto de enunciação, que, ao mesmo tempo em que assume, se utiliza do sistema segundo sua própria vontade. Nesse nível de efectivação, do que antes era apenas possibilidade, os jornalistas (e qualquer outro enunciador) escolhem um caminho com o objectivo de um efeito particular, e com o qual eles operam, desde já, a escolha dos meios linguísticos mais apropriados para tal. Com a descrição dessa operação, Joly quer definir o saber-dizer efectivo – ou seja, encerrado numa possibilidade, numa certa *visée d’effet* – como sendo o ‘pensamento’ orientado numa direcção que é a do ‘sentido de intenção’ do locutor.

Dessa maneira, o Jornalismo pode perfeitamente ser concebido como uma prática de linguagem que é livre para produzir suas mensagens da maneira que bem entender. A partir dos contextos discursivos específicos, as escolhas são feitas pelos falantes de maneira pré-consciente. Em Joly esse momento de escolha é em grande medida automatizado, mas ainda assim, é um produto construído pelo homem, na linguagem. Nessa perspectiva, no exercício da actividade, os jornalistas teriam à disposição uma série de procedimentos que servem para uma apropriação e significação do real que é autónoma para representar o mundo referencial da maneira que julgarem mais apropriada. Essa ferramenta é a linguagem e, mais especificamente, são as técnicas de produção jornalística.

Já para Francis Jacques, qualquer produção de significados nasce não no sujeito, mas na interlocução. Isto é, o Jornalismo não é e nem poderia ser uma actividade completamente livre, porque nenhuma operação de constituição de sentidos é independente e autónoma. Pelo contrário: por si mesma, a linguagem não fala. Isso porque significar é sempre significar para ou com alguém, e os enunciadores não têm o poder que, muitas

vezes, julgam ter. Aquilo que falámos não expressa somente a nós mesmos, mas é fruto de uma determinada relação, em um determinado contexto.

Além disso, em Jacques, tudo aquilo que nos colocamos a ver, e também aquilo que representamos, é já, necessariamente, organizado segundo a linguagem. Ao contrário de Joly, a perspectiva do autor afirma que o sentido não é o resultado da vontade de quem fala, pois não há sentido sem intersubjectividade: sou eu que falo, mas somos nós que dizemos. A mensagem é produzida entre nós.

Dessa forma, o enunciador nem mesmo poderia significar, já que, na verdade, tem somente a possibilidade de participar de uma ou de outra iniciativa semântica, de acordo com a sua posição e com o lugar que ocupa em um dispositivo enunciativo. Jacques desloca a origem dos sentidos, do mundo objectivo, onde a encerrava Joly, para uma determinada situação discursiva partilhada entre locutor e alocutário que ‘jogam’ de acordo com a relação interlocutiva que se estabelece. É essa relação – com todas as suas particularidades e condicionantes – que, de facto, produz significado.

Ora, se é assim, apesar de afirmar a liberdade como princípio capital, o Jornalismo não é nem poderia ser uma actividade totalmente livre e independente. Na leitura desse horizonte de análise, os jornalistas significam não de acordo com a própria vontade e, a rigor, não podem seguir somente seus critérios próprios para a produção de significados. Se assumirmos as ideias de Jacques, somos obrigados a concluir que os jornalistas não fazem o que querem nem da forma que querem, mas somente o que podem. Eles significam o real ‘no interior de um campo de posições sociais assimétricas’ (Martins, 2002: 26), ou seja, o fazem de acordo com a posição que ocupam na relação interlocutiva.

### **Do relato crível e suas condições**

A credibilidade é um princípio muito importante para o Jornalismo porque é o que garante a existência de confiança na relação que a actividade mantém com sua audiência. Inclusive, os produtos jornalísticos só têm razão de ser uma vez que, quem os consume, acredita na validade das proposições e crê na qualidade do resultado que é produzido. Com efeito, esse valor está relacionado ao prestígio de um veículo, e também da actividade como um todo, já que o respeito que o Jornalismo dispõe como ‘emissor autorizado’ é derivado desse princípio.

Quando se opera uma leitura desse valor a partir das duas perspectivas adoptadas por esta investigação, é forçoso reconhecer que Joly e Jacques identificam uma origem e também condições completamente distintas para que se atribua credibilidade ao Jornalismo – e a qualquer outra actividade de constituição de sentidos. O primeiro credita ao locutor a responsabilidade de produzir os relatos a partir de uma dupla competência: linguística e pragmática. É a partir de um saber-dizer, da capacidade do sujeito de fazer as escolhas e de efectivá-las de maneira adequada, que locutor e alocutário distribuem valor e legitimidade a tudo aquilo que é dito.

Numa outra direcção, ao invés de voltar o olhar para o locutor, Jacques localiza no constrangimento de comunicabilidade a origem da credibilidade e aceitabilidade do

que se diz. Um “enunciado aceitável”, diz este autor, “é um enunciado comunicável” (Jacques, 1987a: 201). A comunicabilidade, por sua vez, dependeria do contexto discursivo, e das relações de força que são estabelecidas em toda relação interlocutiva.

Na teoria da significância proposta por Joly, sempre que colocamos a linguagem para funcionar o fazemos levando em consideração as regras do jogo. Essas regras estabelecem como é mais apropriado comunicar, em determinado contexto. O conhecimento das regras referentes a cada momento é chamado por Joly de saber-dizer. Ele representa para cada enunciador, não somente as regras linguísticas, como também as regras pragmáticas do uso da língua. Locutor e alocutário se localizam e partilham desse mesmo terreno no qual assentam o discurso e, portanto, percebem quais são as condições que estão em jogo. Ou seja, o saber-dizer confronta cada enunciador com uma dupla competência: por um lado é preciso dominar a gramática, para fazer um uso adequado da língua e de todos os seus recursos disponíveis. E por outro, locutor e alocutário precisam estabelecer também a maneira como comunicar os significados. Mais que isso: *ipso facto*, a competência pragmática regula também a forma como os significados podem ser percebidos pelo co-enunciador.

Sendo assim, podemos dizer que um enunciado é reconhecido pelos sujeitos como crível, desde que seja construído a partir do bom emprego da linguagem, em sua dupla necessidade. Joly afirma ainda que, como consequência, todo enunciador, falante de uma certa língua, interioriza a respeito dessa língua específica um saber-dizer relativo a essas situações de emprego concreto das palavras. O saber-dizer acaba condicionando o comportamento dos falantes, fundando isso a que chamamos de uma cultura, por exemplo, a cultura jornalística e suas normas de redacção e procedimento. A credibilidade atribuída ao Jornalismo seria, então, decorrente de um saber-dizer construído e já bastante reconhecido por todos: jornalistas, e também público consumidor de notícias.

O sistema proposto por Joly parece querer indicar que a credibilidade não está encerrada simplesmente numa capacidade de adequação do locutor, visto que sempre seria dependente do reconhecimento de um alocutário, para quem se fala. E, de facto, o saber-dizer é uma competência que diz respeito ao locutor, mas também ao alocutário, pois são os dois, em conjunto, que vão distribuir importância e confiabilidade ao que é dito. Entretanto, em verdade, se não encerra a questão no próprio sujeito que fala, é nele que o autor localiza o foco da sua investigação: “Mesmo que o enunciado produzido não tenha sentido, acontece que um locutor o produziu, e a mera presença deste locutor basta para impor um propósito significante” (Joly, 1982: 114).

A teoria do autor pode servir, então, para reforçar a importância do respeito as normas de redacção e da adopção de procedimentos padrões para a actividade. Como, por exemplo, ‘não publique declarações difamatórias’ (Erbolato, 1991: 129) e procure quantificar a realidade relatada, uma vez que os ‘números têm alta confiabilidade’ (Lage, 2001: 41).

Já Francis Jacques resolve a questão da credibilidade de uma outra maneira. Para o autor, não são as escolhas dos jornalistas que vão definir a confiabilidade dos enunciados, e o respeito as regras de redacção e o procedimento não são garantia de que

a audiência vai confiar no conhecimento que é produzido pela actividade. Aliás, na leitura de Jacques, os locutores pouco podem fazer nesse sentido, pois a margem com a qual podem trabalhar é bastante pequena. Isso porque a lógica existencial com a qual trabalha remete a questão para o modo como o sentido e a valoração do que é dito, na verdade, são produzidos pelos sujeitos (no plural) nas suas práticas sociais. Se até mesmo os próprios sujeitos são produzidos pelas suas práticas sociais de comunicação, a credibilidade de quem fala e também o grau de confiabilidade daquilo que se fala são, da mesma maneira, produto dessas mesmas práticas.

Como consequência, ao invés de olhar para o locutor e sua capacidade de adaptar as suas mensagens às diversas situações, Jacques procura investigar a própria situação para revelar seu constrangimento de comunicabilidade. O autor acredita que o sentido se localiza ‘na estrutura interna de um discurso que funciona de maneira transitiva entre duas instâncias enunciativas em relação interlocutiva, e em referência a um mundo a dizer’. Ora, sendo assim, além de produzir os significados, essa mesma relação também define o valor e a importância de tudo aquilo que é produzido; é esse ‘jogo’ que determina o que, e também quem tem, ou não, credibilidade.

Para o autor, no coração do processo de constituição de significados, o valor referencial dos enunciados sucessivos deve ser constantemente recalculado em função do contexto interlocutivo. Quer isto dizer que uma mesma sentença pode ser avaliada como sendo crível, ou não, dependendo da situação interlocutiva que se efectiva. E é na ordem do discurso que a virtualidade da língua, enquanto pura potência, se liga a uma determinada actualidade.

### **Uma questão de método**

Para ser considerada uma actividade livre e verdadeira, e assim ser reconhecida pelo público como uma prática válida e digna de confiança, o Jornalismo precisa seguir um determinado método, ou seja, a actividade tem que adoptar uma série de cuidados e procedimentos que, em princípio, garantiriam a fidelidade dos seus relatos. Esses valores servem de base para a definição de normas de redacção e de conduta, que por sua vez determinam a maneira mais apropriada de se produzir e de se apresentar as notícias.

Assim, princípios como rigor e exactidão; honestidade; objectividade e equidade; e comunicabilidade e interesse funcionam como uma espécie de balizadores da prática jornalística. São eles que definem o modo adequado da actividade seleccionar e fazer sua própria leitura e apresentação dos acontecimentos do mundo. “A normalização é um padrão de qualidade do produto editorial na indústria jornalística” (Lage, 2005: 160).

De acordo com a ‘boa’ técnica do Jornalismo, na prática quotidiana, é preciso cumprir dois imperativos da actividade: seleccionar informações que despertem interesse suficiente para justificar sua publicação; e ressaltar, no próprio texto jornalístico, a importância ou interesse público do que foi seleccionado (princípio da comunicabilidade e interesse), mantendo a conformidade com os factos (rigor e exactidão, honestidade, objectividade e equidade).

Na avaliação dos princípios anteriores, já demos algumas indicações de como as ideias de André Joly e Francis Jacques podem nos ajudar a investigar o método jornalístico. Esses autores servem de base para uma crítica bem fundamentada dos valores formais da actividade e suas consequentes normas de redacção e procedimento adoptadas pelo Jornalismo como maneira ‘correcta’ de produção de significados.

Vimos que, para o primeiro, a língua se constitui e se renova a partir do ‘bom emprego’ do discurso. E que, na avaliação de Joly, em toda situação de uso da linguagem, existem algumas regras – construídas, assumidas e reforçadas pelos falantes – que estabelecem como é mais apropriado comunicar. Sendo assim, as normas de redacção e conduta jornalística são uma espécie de verbalização do saber-dizer próprio da actividade, ou seja, determinam aquilo que é adequado linguisticamente e pragmaticamente, em consonância com o contexto específico de uso da língua, no qual se realiza o Jornalismo. Dessa maneira, para Joly, o método seria a cristalização das competências próprias da actividade, com as quais cada enunciador precisa lidar.

A linguagem é um instrumento capaz de representar as experiências do mundo, e também representa as próprias experiências linguísticas engendradas pelos sujeitos. Nesse processo, aquilo que é ‘mais apropriado’ acaba entrando no sistema da língua, como representação possível e disponível a todos. A língua opera, assim, a mediação entre os locutores e o universo referencial, mas o faz a partir do uso de certas representações que são realizadas e identificadas pelos sujeitos como adequadas a determinado contexto, e que por isso, entram no sistema e tornam-se sempre disponíveis como potência de comunicação. É o uso regular pelos falantes que faz com que determinadas experiências linguísticas se cristalizem, e até mesmo se ‘naturalizem’ no interior do sistema. Com efeito, para esse autor, o método é uma forma padronizada de locutor e alocutário se relacionarem com a língua.

Por sua vez, para Jacques, o estudo da linguagem é também a investigação das diversas práticas interdiscursivas que podem se estabelecer no discurso. O Jornalismo é uma delas. Dessa maneira, podemos investigar as técnicas de produção da notícia como produtos, mas também como base, como alicerce que constitui o acto enunciativo particular que constitui a actividade. Quer isto dizer que as regras de redacção e os procedimentos jornalísticos são resultado de uma situação específica de uso da linguagem na qual se dá a actividade e também das relações de força que são estabelecidas na relação interlocutiva jornalistas-fontes-público.

Só que, além de serem a sua consequência, essas normas de codificação são também parte constituinte dessa prática, uma vez que já são uma linguagem e somente podem ser concebidas como tal. A própria norma de codificação é uma forma significativa, ou seja, também já produz sentido e não é algo definido pelos sujeitos depois da experiência. O método faz parte, de maneira visceral, da própria situação discursiva e não pode ser separada dela. Ele funciona como uma estrutura interna do discurso.

Em Jacques, tudo aquilo que nos colocamos a ver, e também aquilo que representamos, é já, necessariamente, organizado segundo a linguagem. A maneira como se opera essa relação depende directamente da relação que se estabelece. As normas de redacção e conduta jornalística, por exemplo, são o resultado de uma relação interlocutiva par-



ticular. Elas são uma maneira específica de olhar a realidade, de atribuir importância e hierarquizar os acontecimentos do mundo e de manter a ‘conformidade’ dos factos, nos relatos produzidos. Os jornalistas partilham dessa forma já bastante cristalizada e constantemente reforçada e reactualizada de produzir sentidos.

### **Da possibilidade da verdade**

É na verdade que se revela a diferença mais radical entre os dois autores a partir dos quais estamos investigando os princípios e os procedimentos jornalísticos. Isso porque cada um deles permite uma leitura bastante distinta desse valor. Para André Joly o universo da linguagem é sobretudo representação; sendo assim, na sua interpretação, a realização do princípio depende da intencionalidade e da capacidade de os sujeitos representarem a realidade de maneira adequada. A verdade seria consequência de uma determinada efectivação da linguagem. Isto é, se quiserem e tiverem competência para isso, os enunciadores têm à disposição um instrumento que construíram para dizer o universo físico e mental: a linguagem.

Já na perspectiva de Francis Jacques, a verdade não diz respeito a um voluntarismo do enunciador, nem está relacionada a um poder de a linguagem representar as experiências do mundo. Para o autor, na realidade, é a situação discursiva partilhada entre locutor e alocutário – que, por sua vez, ‘jogam’ de acordo com a relação interlocutiva – que determina a verdade. Portanto, na leitura de Jacques, esse valor precisa ser reconduzido a sua condição histórica, finita e intersubjectiva.

A actividade está fortemente associada à verdade porque a credibilidade, ou seja, a confiança que a audiência deposita nos produtos jornalísticos, depende, fundamentalmente, desse princípio. Por isso, o Jornalismo não só é um relato que se pretende verdadeiro e que aspira revelar ao público aquilo que, de facto, aconteceu, como também é um produto que deve se apresentar como verdadeiro. As regras de redacção da actividade determinam que os enunciados sejam elaborados na forma de afirmações verdadeiras; a notícia é axiomática. É exactamente por isso que a linguagem do Jornalismo exclui a argumentação, em troca de elementos concretos e verificáveis da realidade. A ideia é fazer com que o texto jornalístico aparente ser simplesmente o resultado de pura constatação da realidade.

Podemos dizer que, em Joly, esse formato já tão testado e reactualizado pelo Jornalismo constitui seu saber-dizer específico. Todo enunciador, ao aprender uma língua, interioriza um saber-dizer relativo às circunstâncias que rodeiam os usos do discurso, o uso concreto das palavras. E, ao aprenderem Jornalismo, os jornalistas conhecem e também interiorizam as regras linguísticas e pragmáticas do uso da língua pela actividade. Por isso, afirmamos que, para o autor, a verdade na constituição dos sentidos, é o produto da vontade de quem fala, mas também da capacidade de os sujeitos representarem a realidade de maneira adequada. Na sua utilização, ou seja, na actualização da língua como sistema, os jornalistas se relacionam com a língua numa estrutura já bastante cristalizada pela própria acção daqueles que se ocupam da actividade. Com efeito, a verdade em Joly vai ser o resultado de uma vontade dos jornalistas, mas também de uma habilidade de os enunciadores lidarem com esse saber-dizer efectivo.

O ponto fundamental reside no facto de que, para o autor, o mundo pode sim ser dito, pelos sujeitos, a partir da relação que eles estabelecem com a língua e com o discurso. Os locutores têm ‘em mãos’ um dispositivo capaz de representar nossas experiências, na mesma medida em que elas se realizam. A teoria da significância de Joly devolve ao sujeito um lugar de destaque no seio do fenómeno global da linguagem: ao mesmo tempo em que o assume, o falante constrói e se utiliza do sistema segundo sua própria vontade.

Em Joly, é no próprio universo da referência e da percepção que o homem encontra os princípios e os elementos da construção da língua. Não há produção de sentido sem a sua origem no universo referencial. Assim, a linguagem situa-se no âmbito da representação. Só que vimos também que o sentido tem origem no mundo objectivo, mas aos poucos se afasta dele ganhando a determinação dos sujeitos. Em Joly, esse momento de escolha, de efectivação da língua, pelos falantes, é em grande medida automatizado, mas ainda assim é um produto construído pelo homem, na linguagem.

Já em Jacques, não existe um mundo estruturado desde sempre que se manifesta de um determinado modo e que, por sua vez, pode ser apreendido e representado pelo homem, por meio da linguagem. Como consequência, o sentido e a verdade não dependem da intencionalidade de quem fala, e nem ao menos nos é possível representar as experiências, fora do que já é simbolicamente constituído na forma de linguagem. Para o autor, a constituição semântica originária das nossas mensagens assenta “na estrutura interna de um discurso que funciona de maneira transitiva entre duas instâncias enunciativas em relação interlocutiva, e em referência a um mundo a dizer” (Martins, 2002: 47).

Desse modo, em vez de localizar a fonte dos significados no universo referencial, Jacques situa a significância na determinação de uma situação discursiva partilhada entre os enunciadores, na relação intersubjectiva. O autor acredita ser forçoso reconhecer que essa relação não pode mais ser interpretada como alguma coisa objectivamente apreensível, pois ela escapa completamente a reificação. Ela é, em última instância, irrepresentável no seio de uma experiência; não conseguimos dizê-la.

A relação interlocutiva é a fonte primeira da constituição da significação, da produção colectiva dos significados, mas não pode ser representada, visto que, quando vamos a ela, já a compreendemos em linguagem, já a reduzimos em uma determinação possível. Logo, uma reflexão lógico-filosófica deve considerá-la transcendental. Para o autor, não há relação aos objectos que não seja, desde sempre, articulada à relação do homem com o homem, na comunidade do saber. E o saber objectivo é sustentado pela relação entre as pessoas.

Para Jacques, então, se é a relação interlocutiva que produz significado, é ela também que define valor a tudo aquilo que é dito. Com efeito, a razão dogmática, uma razão com a pretensão de atingir a verdade metafísica, cai por terra. Não faz mais o menor sentido falar em verdade fora das relações que se estabelecem no discurso. Se existe uma realidade que não é para nós, essa realidade é somente a própria relação, que só pode ser concebida já simbolicamente.

Desse modo, o que Jacques propõe é o fim de toda metafísica da representação. Ele advoga que os sentidos são uma espécie de produção colectiva, e não o resultado de uma doação ou de uma manifestação engendrada e controlada pelo sujeito que fala.

É que o próprio pensamento não tem nenhuma autonomia com relação à linguagem. E até mesmo falar não é um acto que nasce exclusivamente de uma actividade privada que seria o pensamento, e em seguida, tornar-se-ia pública, por meio da linguagem. Na realidade, vemos o mundo como falamos, e não o contrário.

Assim, a verdade não depende de uma iniciativa exclusiva do sujeito que a enuncia, muito menos pode ser encerrada numa faculdade ou habilidade do sujeito de adequar-se ao saber-dizer de certa situação de efectivação da língua, como estabelece Joly. Isso porque a relação interlocutiva descentra os referenciais e põe em prática um sentido que não estava lá, e sem o qual não poderia nem mesmo se constituir a relação; é ela que atribui e distribui valor de verdade ou falsidade a tudo aquilo que é dito.

Como consequência, na leitura do autor, os jornalistas podem até pretender produzir relatos verdadeiros, porém essa intencionalidade dos sujeitos nem mesmo entra em questão. É que a verdade do que é dito, de facto, só vai ser reconhecida, e mesmo determinada, a partir da situação interlocutiva. Desse modo, podemos afirmar que o Jornalismo é uma actividade que aspira revelar ao público aquilo que realmente aconteceu, mas, nessa interpretação do autor, mais importante do que tentar representar com fidelidade os acontecimentos é apresentá-lo como um relato verdadeiro. Por isso, podemos dizer que, na interpretação de Jacques, as regras de redacção são um instrumento importante e uma condição para a produção da verdade, pela actividade. Isso porque, para o autor, uma asserção não pode ser considerada verdadeira ou falsa em si mesma, mas sim do ponto de vista dos interlocutores que a avaliam a todo momento: uma verdade pretendida deve ser uma verdade reconhecida pelo outro.

E as normas de redacção servem justamente para cumprir com essa tarefa. Elas padronizam o produto, estabelecem um procedimento comum a todos aqueles que produzem as notícias e determinam uma apresentação dos enunciados que se afirma como verdadeira. Ao contrário de Joly, em Jacques as regras de codificação do Jornalismo são importantes não porque representam, de facto, uma via de acesso a uma verdade metafísica, mas porque definem qual é o padrão, a maneira convencionada e facilmente reconhecida por todos como sendo a forma ‘correcta’ de ‘revelar’ a verdade. A estratégia busca exactamente o reconhecimento, por parte do público, da verdade pretendida pelos jornalistas.

### **Considerações finais**

Este breve artigo procurou analisar as particularidades do discurso jornalístico não para medir a legitimidade e autoridade dessa prática, muito menos para aferir o valor do conhecimento que ela produz. Como vimos, para a nossa perspectiva de análise, se quisermos dar conta da complexa tarefa de compreender o Jornalismo enquanto uma forma particular de produção de conhecimento, em vez de avaliar a adequação das técnicas jornalísticas à realidade é preciso investigar como a actividade atribui sentido aos fenómenos relatados. Nesse trabalho, verificamos que um fértil caminho a se tomar é estudar o Jornalismo como uma produção de linguagem que segue seus próprios parâmetros e valores.

A pesquisa indicou que as operações presentes na prática quotidiana dos jornalistas não se resumem a seguir as normas para a confecção de um bom lide. Há outras normas de redacção e até mesmo de conduta que são, em verdade, efeitos dos princípios, das estruturas epistemológicas em que a actividade está calcada. Há um conjunto de normas e valores que são reflexo das estruturas que sustentam o Jornalismo e de sua forma de produzir conhecimento. São sintomas da sua relação com o mundo, de sua maneira específica de apreensão e reprodução dos fenómenos.

Como consequência de cada uma das leituras realizadas, o grau de criticidade daqueles que se utilizam do modo de codificação jornalística varia bastante, de acordo com a perspectiva que se adopta. Reforçamos que o que se pretende aqui não é estabelecer uma hierarquia ao valor de verdade das proposições dos dois autores com os quais trabalhamos. Mas, se o primeiro horizonte afirma a transparência do método e a adequação do código à realidade, não há motivo para desconfiar ou para analisar criticamente os valores e procedimentos jornalísticos. O resultado é que as regras são aceitas com naturalidade pelos falantes.

Já na interpretação de Jacques, como a verdade depende da relação interlocutiva que se estabelece, e o método é apenas o resultado dessa configuração, a opacidade das regras de redacção e conduta pode ser mais facilmente visualizada e, conseqüentemente, também pode ser mais bem avaliada por quem se ocupa da actividade. Neste horizonte as regras são uma construção humana, o que permite uma avaliação da historicidade do processo de padronização, ou seja, da construção da maneira mais ‘adequada’ de significar.

Acreditamos que aqueles que produzem as notícias devem conhecer com mais clareza quais são as estratégias e procedimentos que são subjacentes à sua prática e que podem estar a serviço de um fazer menos crítico e mais automatizado. Esta investigação quer deixar essa contribuição: a identificação de como o Jornalismo produz conhecimento e de como essa estrutura epistemológica particular pode ser analisada.

### Referências bibliográficas

- Erbolato, Mário L. (1991). *Técnicas de codificação em Jornalismo*. São Paulo: Ática, 5.ª edição.
- Jacques, Francis (1987a). “De la signifiante”, in *Revue de métaphysique et de morale*, n.º 2, 179-217.
- Jacques, Francis (1987b). *Différence et subjectivité*, Paris: Aubier Montaigne.
- Joly, André (1982). “Pour une théorie générale de la signifiante”, in Mouloud e J. M. Vienne (orgs.), *Langages, connaissance et pratique*, Lille: Université de Lille III, 103-125.
- Joly, André (1987). *Essais de systématique énonciative*, Lille: PUL.
- Lage, Nilson (2001). *Ideologia e técnica da notícia*, Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 3.ª edição. (orig. 1979).
- Lage, Nilson (2006). *Estrutura da notícia*, São Paulo: Ática, 6.ª edição.
- Martins, Eduardo (org.) (1997). *Manual de redacção e estilo de O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Moderna, 3.ª edição.
- Martins, Moisés de Lemos (2002). *A Linguagem, a Verdade e o Poder – Ensaio de semiótica social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT/MCT.
- Martins, Moisés de Lemos (2004). *Semiótica* [em linha]. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/996> (acedido em 15/07/2007).
- AAVV (2001). *Manual da Redacção*: Folha de São Paulo, São Paulo: Publifolha.